

MAQUIAVEL E A LICENÇA

Flávia Roberta Benevenuto de Souza¹

Resumo: Maquiavel nos apresenta três efeitos das dissensões entre os humores constitutivos de todo e qualquer corpo político: Principado, República e licença. Os dois primeiros constituem formas de governo clássicas e amplamente investigadas pelo autor. A licença, no entanto, se relaciona com a corrupção das formas de governo. Tratá-la nos possibilita, então, refletir sobre a questão da corrupção e, ao mesmo tempo, apontar os limites da relação entre licença e corrupção. Maquiavel, de fato, evidencia suas preocupações com a sua cidade, apresentando-nos Florença a partir das facções que nela se instauraram. Pautado no modelo do governo misto da antiga República Romana o autor nos oferece um importante arcabouço conceitual para pensar a questão da corrupção, questão esta que parece nunca ter perdido sua atualidade.

Palavras-chave: Maquiavel – licença – corrupção – humores – liberdade.

Uma das principais questões postas pela filosofia política, desde os antigos, é a da melhor constituição, o melhor regime político, ou ainda, a melhor forma de governo. Qual seria a melhor forma de organização política? Em torno deste tema Platão, Aristóteles, Políbio, Cícero e muitos outros que se propuseram pensar a política concentraram seus esforços. Também em Maquiavel esta questão se fez central. Sabemos que apesar de abrir *O Príncipe* afirmando que “todos os Estados são Repúblicas ou Principados”,² Maquiavel acaba por nuançar estas formas de organização política. Ele, de fato, dialoga com as formas clássicas de governo tal como pensadas em uma longa tradição, porém não se prende a elas. Uma das passagens em que o autor dialoga com esta tradição aparece no nono capítulo de sua obra *O Príncipe*. Nela Maquiavel afirma a existência de dois *humores* em todo e qualquer Estado. Nas palavras do autor, “em todas as cidades, existem esses dois *humores* diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado e oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo”³. Na sequência, sugere ainda que as relações estabelecidas entre eles pode conduzir o corpo político a efeitos distintos: “desses dois *humores* diferentes, nasce nas cidades um destes três efeitos: principados, liberdade ou licença”⁴.

¹ Profª Adjunta da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

² MACHIAVELLI, *Il Príncipe*, I, p. 119.

³ MACHIAVELLI, *Il Príncipe*, IX, p. 143.

⁴ MACHIAVELLI, *Il Príncipe*, IX, p. 143.

A passagem nos mostra que para compreender as formas de governo – tomando-as a partir da perspectiva maquiaveliana – precisamos partir dos humores constitutivos do corpo político, ou seja, das relações entre grandes e povo. Tal como enunciado na passagem acima, os dois primeiros coincidem com as duas formas de governo antes apresentadas no primeiro capítulo (Repúblicas e Principados). O terceiro, no entanto, a licença, não havia sido mencionado até então e, se tomarmos como definitivas as afirmações de Maquiavel no primeiro capítulo, sequer pode se efetivar como uma forma de governo propriamente dita. Desse modo, a introdução do termo licença associado às formas de governos apresentadas antes como possibilidades únicas⁵ nos traz uma dificuldade de análise. Em que implicaria a licença? Se República e Principado são as únicas formas de governo apresentadas inicialmente, por que Maquiavel teria introduzido um terceiro efeito? Poderia, a licença, se constituir efetivamente como uma terceira possibilidade de forma de governo? Ou, se não, seria possível identificar a licença à corrupção total de um determinado corpo político? Essas são algumas das questões que pretendemos investigar.

A afirmação de que o corpo político é cindido é universal e necessária para Maquiavel. Entretanto, os moldes em que a divisão se manifesta podem ser distintos, e tais distinções têm por consequência algumas das particularidades dos corpos políticos, incluindo a forma assumida por cada um deles. No que concerne às dissensões entre os humores, enquanto um deles, o povo, deseja não ser governado e oprimido pelo outro, os grandes, este último deseja justamente o que receia o primeiro. E, nestas circunstâncias, não há solução de fato, pois os desejos dos humores existentes são irreconciliáveis. Em outras palavras, o corpo político é irremediavelmente cindido e não há solução definitiva no que diz respeito à questão, uma vez que não se pode efetivamente conciliar seus humores. Esta cisão é definitiva e constitutiva de todo e qualquer corpo político pensado em sua verdade efetiva. Não se trata de uma hipótese imaginada e deslocada da efetividade histórica.

Porém, uma vez concebida uma determinada forma de governo neste âmbito próprio das sociedades históricas, imerso nas contingências, se sujeita a todas as variações características do âmbito da política. Desse modo, tal como afirma Bignotto,

⁵ Desde a Antiguidade são apontadas seis formas de governo, das quais três – Monarquia, Aristocracia e Democracia – são consideradas retas e as outras três – Tirania, Oligarquia e Democracia – são consideradas formas ou constituições corrompidas. Essas formas são apresentadas de maneira distinta de autor para autor e mesmo o número de formas pode variar (Platão, por exemplo, nos livros VII e VIII da *República*, descreve o encadeamento das formas de governo apresentando-as como Monarquia, Aristocracia, Timocracia, Oligarquia, Democracia e Tirania. Havendo ainda a possibilidade de uma forma mista de governo. Já Aristóteles, ao longo da *Política*, apresenta três formas retas – Monarquia, Aristocracia e Polítia – e três formas corrompidas – Tirania, Oligarquia e Democracia. Sendo a Polítia uma forma mista). Maquiavel, no entanto, concentra sua investigação sobre formas que se efetivaram na história deixando de lado formas que, de acordo com ele, foram idealizadas ao longo da tradição das formas de governo, porém não se mostraram capazes de efetivar.

na apresentação da fratura do corpo está subentendido que não se trata de uma fenomenologia das formas políticas, mas de uma explicação de seus fundamentos. O “povo” e os “grandes” não são conceitos sociológicos, que designam univocamente grupos ou classes sociais. Esses dois conceitos se referem a dois elementos irreduzíveis na vida política, que não podem ser subsumidos por nenhum acordo, ou contrato, que restauraria a unidade do todo. Não há unidade a ser restaurada. Os dois polos só existem em seu confronto, eles se determinam mutuamente, mesmo se os elementos que os constituem se mostrem inconciliáveis⁶.

Assim, precisamos considerar que a divisão não é circunstancial e implica antes o próprio fundamento do corpo político. As variações próprias do mundo homens e que conseqüentemente caracterizam o espaço da política não se aplicam a este fundamento, pois só podem se efetivar à medida que este corpo político se efetiva na história. Nesse sentido, tal divisão fundamental se constitui então como o estatuto primeiro da concepção do corpo político.

No entanto, naquilo que diz respeito às sociedades históricas, não lidamos apenas com Repúblicas e Principados, pois, na efetividade da vida política, a licença mostrou-se possível. A passagem de Maquiavel, que inclui a licença como um efeito das dissensões dos humores, talvez nos permita pensá-la como uma espécie de derivação de um dado regime político. Mas, ao invés de se efetivar como uma forma de governo propriamente dita, apresenta lacunas e se caracteriza justamente pela dificuldade de se configurar como um regime político de fato. Neste ponto algumas questões não podem ser ignoradas: poderíamos identificar a licença inteiramente à corrupção? Seria a licença, exclusivamente, o resultado de um processo de corrupção iniciado a partir de um corpo político inicialmente bem ordenado? Ou, a licença seria justamente a dificuldade (ou mesmo a incapacidade de se ordenar, conseqüente da corrupção) de se ordenar, de estabelecer uma ordem capaz de dar conta dos conflitos e dos problemas da cidade? Em outras palavras, seria a licença sempre a degeneração de uma forma anteriormente ordenada ou a incapacidade de ordenação?

Sabemos que a licença é um efeito disforme. Mas parece haver pelos menos duas maneiras de pensá-lo. A primeira, a partir da degeneração de uma determinada forma de governo. Ou seja, podemos pensar a licença como conseqüência de um processo de corrupção que acabou por corroer as estruturas de sustentação de um determinado corpo político, acabando por consumir as ordenações (republicanas ou principescas), transformando o corpo político em uma deformidade daquilo em que ele consistia. Esta primeira forma pressupõe que o corpo político em questão tenha constituído como forma de governo e, com o passar do

⁶ BIGNOTTO, *A Antropologia Negativa de Maquiavel*, p. 89.

tempo, não resistiu e começou a se corromper. Neste sentido, a licença está essencialmente vinculada à corrupção. Se a pensarmos sob esta perspectiva, todas as obras políticas de Maquiavel indicam a *disformidade* licenciosa na medida em que tratam a questão da corrupção.

Entretanto, se, para Maquiavel, todas as formas de organização política estão sujeitas a corrupção, a identificação total dos termos (licença e corrupção) tornaria ainda mais difícil a compreensão do efeito licencioso. A equivalência entre os termos acabaria por esvaziá-los de sentido, ao invés de contribuir para a compreensão do pensamento do autor. Os textos do autor nos conduzem a pensar a licença como um estágio de corrupção avançado, a ponto de não se poder mais reconhecer sua forma. Há, inevitavelmente, uma relação entre a licença e a corrupção. Poderíamos dizer que a corrupção é um dos pressupostos da licença, mas não significam a mesma coisa. Tratar o assunto nos impõe uma série de dificuldades, a maior parte delas pelas lacunas deixadas por Maquiavel. Ainda assim, acreditamos que algumas conclusões podem ser inferidas de seus textos se o tomamos na sua totalidade.

Precisamos considerar que Maquiavel traça os fundamentos teóricos e as possibilidades de percursos históricos de um corpo político. E defende (no segundo capítulo dos *Discorsi*) que, se os homens, no início dos tempos, se uniram sob o comando do mais forte, ao verem este mais forte governar inclinaram-se, quando tiveram oportunidade, para o governo do mais justo. E, uma vez que este governo se fez hereditário e os herdeiros não atuaram com o senso de justiça esperado, transformando-se em tiranos, terminaram, quando a oportunidade se fez latente, por substituí-los, não hesitando em matá-los para reconquistar a liberdade.⁷ Este trecho é o começo de um argumento que considera também as Repúblicas e culmina na análise de sua forma mista, apresentada pelo autor como a forma que melhor desempenha o papel da conservação da liberdade, subentendendo-a como a melhor forma de governo. No entanto, o autor não deixa de afirmar que as Repúblicas também perecem⁸. Segundo ele, “quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações”.⁹ Na sequência justifica a afirmação e complementá-la com a possibilidade da situação contrária:

Mas muitas vezes ocorre que, passando uma república por tais reveses e faltando-lhe sempre discernimento e forças, acaba ela por se tornar súdita de algum estado próximo que seja mais bem ordenado que ela: mas supondo-se

⁷ Ver MACHIAVELLI, *Discorsi*, I, 2.

⁸ Maquiavel retoma a Teoria da Anacilose de Políbio (Cf. *Histórias*, VI). Reproduz e assume parte desta teoria nos *Discorsi*, I, 2.

⁹ MACHIAVELLI, *Discorsi*, I, 2, p. 205.

que isso não ocorresse, uma república seria capaz de ficar passando por tempo infinito de um desses governos a outro¹⁰.

A possibilidade de corrupção dos corpos políticos parece ser tão iminente quanto a dos corpos humanos. As Repúblicas não constituem exceção.

A partir dos *Discorsi* pode-se compreender que reverter um processo de corrupção já instaurado é tarefa custosa. Nesta obra Maquiavel nos apresenta as dificuldades de tratar de um corpo político marcado por um processo de corrupção, assim como as dificuldades de reverter este processo. Maquiavel, de fato, considera que todos os regimes tendem, ao longo do percurso ciclo histórico pelo qual passam, a um processo de corrupção. Em outras palavras, a corrupção dos regimes políticos é parte integrante do processo de efetividade histórica do corpo político. O que nos interessa aqui, por um lado, é que se os termos corrupção e licença fossem totalmente identificados, todos os corpos políticos tenderiam não só a se corromper, mas, em última instância, tenderiam à licença. Por outro, nos interessa porque esse processo de corrupção apontado por Maquiavel sugere que algumas circunstâncias são capazes de provocar modificações no corpo político. Modificações estas que, em um determinado período de tempo (que tende a ser longo), podem culminar na alteração do regime político daquele corpo. E, como os Estados estão sujeitos às circunstâncias desta natureza, nada impede que seus regimes sejam alterados de tempos em tempos.¹¹ Estas duas observações nos conduzem a pensar que a licença pode ser compreendida também pela dificuldade que um determinado corpo político apresenta em definir sua forma, permanecendo instável em meio à corrupção que nele se instaurou. Essa abordagem se torna mais inquietante quando consideramos as preocupações apresentadas por Maquiavel quanto à situação instável de Florença.

Ao tratar da origem da organização política, ele nos conduz a pensar também a origem de Florença e os fatores que a tornam primeiramente forte e, depois, enfraquecida. Pensar suas causas, assim como maneiras de frear a corrupção fazem-se, neste contexto, importantes para o pensador de Florença. Maquiavel, para investigá-la, recorre de forma especial aos exemplos históricos. Parece opor estes exemplos à forma da Antiga Roma, mais especificamente à República em sua forma mista, que, por sua vez, é apontada pelo autor como a melhor forma de governo. Desse modo, de acordo com o que afirma Ménissier, “Maquiavel recorre aos grandes feitos da República Romana (período que floresceu entre 509 e 27 a.C.) a fim de compreender as causas da fraqueza de Florença e de descobrir em que

¹⁰ MACHIAVELLI, *Discorsi*, I, 2, p. 205.

¹¹ É interessante notar que Maquiavel introduz esta questão recorrendo ao que segundo ele deve ter sido a origem da organização política. A este respeito ver MACHIAVELLI, *Discorsi*, I, 2, pp. 204-205.

condições um regime pode perdurar e prosperar”.¹² Roma é então mais que um “modelo” de êxito e torna-se um “modelo” a ser imitado. Com este propósito, as distinções entre a República Romana e Florença de seu tempo são evidenciadas:

as inimizades havidas, em Roma, no princípio entre o povo e os nobres eram definidas por disputas, enquanto as de Florença o eram por combates; as de Roma terminavam com leis, enquanto as de Florença terminavam com o exílio e a morte de muitos cidadãos; as de Roma sempre aumentaram a *virtù* militar, enquanto as de Florença a extinguíram totalmente (...)¹³.

Tais distinções nos remetem não somente à retomada de Roma como um exemplo a ser imitado, mas também às dificuldades desta “imitação”. Segundo Maquiavel, “Florença chegou a um ponto em que um legislador sábio facilmente poderia reordená-la em qualquer forma de governo”.¹⁴ Mas isto ainda não havia acontecido em seu tempo, e tantas são as causas desta situação que o próprio Maquiavel não esconde seu esforço para tentar revertê-la¹⁵.

Muitas seriam as justificativas para a fragilidade de Florença em seu tempo, tal como veremos mais adiante. Fragilidade que, se, por um lado, se contrastava à glória alcançada por Roma, por outro, se opunha ainda mais à riqueza e ao esplendor da arte e da ciência emergentes naquele florescer renascentista. Assim, não podemos deixar de pensar que, se há mais de uma razão para justificar a corrupção de sua estrutura organizacional, no mínimo uma delas passa pela questão da desunião dos *humores*. Diz respeito, como vimos, à relação estabelecida pelos *humores* no interior do corpo político assim como, num segundo momento, às suas conseqüências; aos objetivos por eles traçados, desacreditados ou abandonados. A conseqüência última (e que implicava justamente a situação que Maquiavel afirmava pretender modificar), era uma organização política muito pouco estruturada e carente de um “redentor” que a fizesse Principado ou República, e que a fizesse forte.

Se Florença se corrompesse até se transformar em uma licença, as dificuldades para reestruturá-la em um corpo político de fato aumentam ainda mais. Tal como vimos, Maquiavel trata da questão da corrupção e das dificuldades de se erguer um corpo político corrompido. Indica a vivacidade da fundação como uma possibilidade de se evitar, nos limites do que é possível, o avanço do processo de corrupção. No entanto, quando o assunto é um processo de corrupção já instaurado, não temos uma indicação otimista, mas, no lugar dela, as

¹² MÉNISSIER, *Le bon usage des tumultes* In: *Machiavel, Le pouvoir et la ruse*, p. 38.

¹³ MACHIAVELLI, *Istorie Fiorentine*, III, 1, p. 423.

¹⁴ MACHIAVELLI, *Istorie Fiorentine*, III, 1, p. 424.

¹⁵ É claro que os limites de Maquiavel estavam bem determinados. Porém, uma vez impedido de atuar na cena política de Florença, dedicou-se a escrever sobre o que era necessário efetivar.

dificuldades de frear este processo. Acreditamos que as dificuldades vislumbradas por Maquiavel em reverter um processo de corrupção já instaurado não o impediram de aceitar sua própria cidade como exemplo de corpo político imerso em um processo de corrupção (embora ainda não totalmente corrompido, ou seja, embora ainda não licencioso). Em vez disso, pensamos que talvez tenha se dedicado tanto a esta questão no intuito justamente de pensar seu tempo e sua cidade, refletindo assim sobre os meios de frear um processo de corrupção nela instaurado, devolvendo-lhe sua liberdade, seu vigor.

Não se pode deixar de dizer que grande parte das dificuldades que Florença vinha passando diz respeito à questão é dos humores que, de fato, é estruturante. Na *História de Florença* Maquiavel demonstra mais claramente seus receios em relação às ordenações de sua cidade e parece temer que a República de Florença se tornasse licenciosa. São também suas *Histórias* que nos conduzem a pensar que a relação entre licença e corrupção não se dá pela total identificação dos termos. No que concerne à questão da corrupção, a *História de Florença* muito contribui para a identificação do problema. Especialmente se tomarmos os primeiros capítulos do terceiro livro, podemos observar que Maquiavel os inicia tratando da questão da corrupção. Assim, a partir da *História de Florença*, é possível observar uma das passagens utilizadas pelo autor para contrapor a força da estrutura do corpo político romano à fragilidade experimentada pela Florença de seu tempo. Segundo ele, “o povo romano desejava gozar as supremas honras ao lado dos nobres, enquanto o de Florença combatia para ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres”.¹⁶ Aqui, da mesma forma que havia feito em suas obras *O Príncipe* e os *Discorsi*, recorre às diferentes formas como se relacionaram os *humores* para fundamentar as distinções entre estes corpos políticos. Mais adiante afirma:

e, como o desejo do povo romano era mais razoável, as ofensas aos nobres acabavam por ser mais suportáveis, de tal modo que aquela nobreza cedia facilmente e sem recorrer às armas; assim, depois de algumas desavenças, concordavam em criar uma lei que satisfizesse ao povo e aos nobres em seus encargos¹⁷.

E, na sequência do texto, ele aponta as consequências do caso contrário:

Por outro lado, o desejo do povo florentino era injurioso e injusto, de tal modo que a nobreza preparava sua defesa com maiores forças, e, por isso, chegava-se

¹⁶ MACHIAVELLI, *Istorie Fiorentine*, III, 1, p. 423.

¹⁷ MACHIAVELLI, *Istorie Fiorentine*, III, 1, pp. 423-424.

ao derramamento de sangue e ao exílio de cidadãos, e as leis depois criadas não miravam à utilidade comum, mas eram ordenadas todas a favor do vencedor¹⁸.

No primeiro caso, as dissensões entre humores, mediadas pelas instituições e das leis da República Mista Romana, culminaram na liberdade do povo romano. As dissensões acabaram por produzir tumultos. Estes últimos obrigaram os nobres a admitir os tribunos da plebe e formam estas e as demais instituições romanas que mediaram as dissensões subsequentes possibilitando a manutenção da liberdade romana. Já no segundo caso, as dissensões entre humores, mediados pelas facções, poderiam levar à degeneração do corpo político, conduzindo-o à licença. No tempo de Maquiavel, as dissensões em Florença não foram mediadas tendo em vista o bem comum, mas os interesses dos grandes. Estes últimos assediaram povo que, ao se voltares para seus interesses particulares, passaram a apoiar os grandes em troca de favores ou dinheiro, constituindo assim facções. Uma vez mediado pelas facções, as dissensões ao invés de conduzir o povo florentino à liberdade, como se pôde ver em Roma, os conduzia à violência e à degeneração. Ou ainda, mediados pela corrupção das facções incorriam antes o risco da licença.

A partir desta perspectiva podemos compreender melhor a “defesa” que Maquiavel faz dos tumultos da plebe em Roma. Ele, de fato, não defende os tumultos propriamente ditos, mas as consequências deles, que implicaram, em última instância, nos tribunos da plebe. A importância destes últimos se torna evidente a partir de sua efetividade como instância mediadora. Não por se configurar como mediadora única, mas e, justamente, por completar os meios de dar vazão aos desejos contrapostos dos humores no interior do corpo político. Se o corpo político é cindido e, tal como vimos, não há unidade a ser recomposta, o que se pode fazer é mediar essas dissensões. No Principado elas são mediadas pela figura do Príncipe enquanto na República esta mediação se dá pelas Instituições e, em última instância, pela figura da lei. Independentemente da figura que assume o papel de mediador, este papel pode ser desempenhado com mais ou menos eficácia. Isto pode ser medido em certo sentido pela liberdade consequente das relações entre os humores devidamente mediadas. São livres e mais capazes de preservar a liberdade as estruturas políticas que com mais *virtù* mediam as dissensões entre povo e grandes. Por isto a República Romana, na sua forma mista, se apresenta acima de tudo como uma forma republicana em que a liberdade promove a melhor ordenação possível do corpo político.

Voltando à Florença de seu tempo, a reflexão de Maquiavel não descarta a possibilidade de a corrupção florentina incorrer no desgaste total de suas instituições. Mas, ao expor a história da República Romana, ao compará-la à Florença, aponta as variações de Florença. Sugeridas nas

¹⁸ MACHIAVELLI, *Istorie Fiorentine*, III, 1, p. 424.

Histórias de Florença e investigadas mais de perto no *Discurso sobre as Formas de Governo de Florença*, acabavam por constituir uma importante característica da cidade: sua incapacidade de se firmar em uma determinada forma de governo, seja ela, República ou Principado. Assim, parece haver outra forma de analisar a questão da licença, pensando-a a partir da incapacidade de um dado corpo político de se efetivar como forma de governo propriamente dita, seja ela República ou Principado. Sabemos que este era justamente o principal problema apontado por Maquiavel na Florença de seu tempo. E, como foi dito acima, na ausência de um legislador sábio que pudesse reordená-la, seguia alternando sua forma, ora República, ora Principado. Mas nunca uma República ou Principado forte o suficiente para manter sua forma. As comparações apresentadas pelo autor contrastando o êxito romano à fragilidade florentina colocam em evidência as dificuldades enfrentadas por sua cidade.

A licença pode, de fato, representar o último estágio de um processo de corrupção instaurado em que o degrading das ordenações culmina não mais em um corpo político propriamente dito, mas nas consequências do seu processo de corrupção, ou ainda, no que ainda restou da degeneração do corpo político. Assim como pode representar também a incapacidade de um determinado corpo político se constituir, assumir forma, seja ela República ou Principado. A licença, assim como os outros “efeitos” apresentados por Maquiavel, edifica-se como consequência das relações entre os *humores* tal como foram estabelecidas em um determinado corpo político. Entretanto, em vez de uma forma de governo, tal como o Principado ou a República, a licença apresenta-se ou como o resultado da efetividade da corrupção de um determinado corpo político, ou pela incapacidade de um determinado corpo político se efetivar como forma de governo propriamente dita. Partindo destes pressupostos é possível afirmar que os riscos que Florença corria eram diretamente proporcionais à formação de facções políticas que acabavam por corromper o povo e, uma vez feito isso, poderiam arruinar as ordenações do corpo político. Acreditamos que é possível pensar a situação conturbada da Florença vivenciada por Maquiavel, em parte, em virtude do processo de corrupção que a caracterizava, instaurado pela formação de facções. Por outro lado, não de forma independente, pela dificuldade de afirmar sua forma política, seja como República, seja como Principado. Esta última nos ajuda a compreender o receio de Maquiavel em ver sua Florença licenciada.

Resta-nos dizer, que apesar deste receio e de incessantemente apontar a corrupção instaurada em Florença, Maquiavel parece ter se empenhado igualmente em tornar sua cidade tão vigorosa quanto fora Roma. Assim, ele inicia seu *Discurso sobre as Formas de Governo de Florença* sugerindo uma mudança mais definitiva no que dizia respeito à constituição da

cidade¹⁹. Florença vinha alternando entre as duas formas (Principado e República) e, na medida em que não fortalecia suas instituições fazendo-se incapaz de se constituir como um corpo político livre, ou como corpo subordinado a um príncipe, encaixava-se, segundo o autor, em uma ‘via do meio’, que a impedia de se fortalecer. O *Discurso* apresenta de forma mais clara os problemas e, conseqüentemente, as causas da fragilidade do corpo político florentino. No entanto, a exposição das fraquezas da constituição de Florença não remete Maquiavel à questão da licença, mas antes a uma solução republicana. De fato, a solução principesca corresponderia à forma que mais imediatamente substituiria as facções, uma vez que nela o Príncipe poderia ser o produto final da disputa facciosa, assumindo a partir de então o papel de mediador das dissensões entre grandes e povo, possibilitando, ou não, um governo livre. Entretanto, embora aponte esta possibilidade Maquiavel não deixa de apontar dois aspectos especialmente favoráveis na constituição republicana: a igualdade e a grandeza. O primeiro deles é apontado no próprio *Discurso* e concerne a submissão de todos às leis e às instituições, ao invés de submeter todos ao poder de um, o príncipe; o segundo é particularmente explorado nos *Discorsi* e na *História de Florença* e diz respeito às possibilidades exploradas por Maquiavel a partir do ‘modelo’ da Antiga República Romana e seu Governo Misto, tal como pudemos brevemente observar anteriormente.

Estas particularidades da República parecem ser especialmente caras a Maquiavel e, embora sua ordenação se impusesse mais custosa, seus resultados seriam melhores. A ousadia de propor uma ordenação republicana aos *senhores* de Florença já parece dar o tom do quão significativo os resultados desta ordenação se fariam para o corpo político florentino. Florença muito havia lutado por igualdade, sua história portava as marcas dessa luta e Maquiavel parece investigar meios de garanti-la. Se sua investigação mostra que os exemplos da história são incapazes de apontar um principado de tanta grandeza e que tenha durado tanto quanto Roma, a busca pela igualdade parece convergir então na busca pela grandeza. A República, na sua forma mista, parece ser a melhor forma de governo para Maquiavel e, conseqüentemente, tal como sugere o *Discurso*, é justamente ela a ordenação que ele sugere para Florença. Mas esta já é uma outra questão²⁰.

MACHIAVELLI AND THE LICENSE

Abstract: Machiavelli presents three effects resulting from dissension among moods constituent of any body politic: Principality Republic and License. The first two forms of government are classic and

¹⁹ Cf. MAQUIAVEL, *Discurso sobre as Formas de Governo de Florença*. In: ADVERSE, *Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as Formas de Governo de Florença*, pp. 59-67.

²⁰ Agradeço a leitura e os comentários de Patrícia Aranovich, assim como pela possibilidade de diálogo.

widely investigated by the author. The license, however, seems to be the corruption of the two other forms of government forms submitted. Treat it enables us to reflect on the issue of corruption. Machiavelli presents his concerns to his city, presenting the factions that have established in Florence. Guided by the model of mixed government of ancient Roman Republic the author offers us a great conceptual framework for thinking about the issue of corruption, an issue which seems to never lose its relevance.

Keywords: Machiavelli – license – corruption – moods – freedom

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANOVICH, Patrícia. *História e Política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso, 2007.

ARISTOTE. *Les Politiques*. Traduction Pierre Pellegrin. Paris: Flammarion, 1993.

AUDIER, Serge. *Machiavel, conflit et liberté*. Paris: Vrin/EHESS, 2005.

BIGNOTTO, Newton. *A Antropologia Negativa de Maquiavel* in: *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 12, n° 2, p. 77-100, 2008.

_____. (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. *A Solidão do Legislador* in: *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 99, p. 7-38, 1999.

_____. *O tirano e a cidade*. São Paulo: Discurso, 1998b.

_____. *Nota Metodológica: Gicciardini leitor de Maquiavel* in: *Discurso*, São Paulo, n. 29, p. 111-131, 1998c.

_____. *As Transformações da Tirania* in: *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 34, n. 87, p. 56-69, 1993.

_____. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

BLYTHE, James M. *Le Gouvernement Idéal et la Constitution Mixte au Moyen Âge*. Traduction par Jacques Ménard. Fribourg Suisse et Paris: Academic Press Fribourg; Edition du Cerf Paris, 2005.

BOCK, Gisela; SKINNER, Quentin; VIROLI, Maurizio (edited by). *Machiavelli and Republicanism*. Ideas in Context. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

CARDOSO, Sérgio. (org) *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *Conflit Civil et Liberté: la politique machiavélienne entre histoire et médecine*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2004.

_____. *Ordre Conflictuel du politique: une formule ambiguë* in: *Multitudes*, n. 13, p. 165-175, 2003/3.

GERBIER. Les Humeurs du peuple et des grands. In: ZARKA, Yves Charles; GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini: Politics and History in Sixteenth-Century Florence*. Princeton and New Jersey: Princeton University Press, 1965.

LEFORT, Claude. *Le Travail de l'oeuvre: Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.

MANENT, Pierre. *Naissances de la Politique Moderne: Machiavel, Hobbes, Rousseau*. Paris: Gallimard, 2007.

MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's Virtue*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1996.

MACHIAVELLI. *Opere*. A cura di Conrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997. 3v.

_____. *Discurso sobre as formas de governo de Florença*. In: ADVERSE, Helton (Org.). *Maquiavel: diálogo sobre a nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

MÉNISSIER, Thierry. *Le bon usage des tumults*. In: MÉNISSIER, Thierry. *Machiavel, la politique, l'histoire: Enjeux philosophiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

_____. *Le Vocabulaire de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2002.

NICOLET, Claude. *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris: Gallimard, 1976.

PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. *Maquiavel entre Républicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

POLYBE, *Histoires, Livre VI*. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

SASSO, Gennaro. *Niccolò Machiavelli*. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1993. 2v.

SFEZ, Gérald. *Machiavel, la politique du moindre mal*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

SFEZ, G eral; SENELLART, Michel. *L'Enjeu Machiavel*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

SKINNER, Quentin. *As Funda es do Pensamento Pol tico Moderno*. Tradu o de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. S o Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visions of Politics. Renaissance Virtues*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. v. 2.

TARANTO, Domenico. *Le Virt  della Politica: Civismo tra Machiavelli e gli Antichi*. Napoli: Bibliopolis, 2003.

VAROTTI, Carlo. *Une  criture fond e sur l'experience*. Tradu o do italiano por Marie Gaille-Nikodimov. In: GAILLE-NIKODIMOV, Marie; M ENISSIER, Thierry. *Lectures de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2006.

WEILL, Claude (Dir.) *Machiavel: le pouvoir et la ruse*. Paris: CNRS  ditions, 2008.

WOLFF, Francis. *Arist teles e Pol tica*. S o Paulo: Discurso Editorial, 1999.